



BANCO ABC BRASIL S.A.
 Companhia Aberta
 CNPJ nº 28.195.667/0001-06
 Sede do Banco ABC Brasil São Paulo:
 Avenida Cidade Jardim, 803

Relatório da Administração

DESEMPENHO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Submetemos à apreciação de V.Sas as Informações Financeiras individuais e consolidadas do ano encerrado em 31 de dezembro de 2021 do Banco ABC BRASIL S.A.

Banco ABC BRASIL S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio e grande porte, um dos únicos do país a contar com suporte de um controlador internacional e autonomia local.

O Banco é administrado por uma equipe de executivos altamente qualificados, com longa experiência no mercado financeiro, que também são acionistas do banco e contam com ampla autonomia na tomada de decisões, sendo capazes de detectar e explorar oportunidades setoriais e conjunturais da economia brasileira.

O Banco está presente no Brasil desde 1989, quando iniciou a construção de uma base sólida de clientes corporativos, oferecendo um amplo portfólio de produtos e serviços financeiros de alto valor agregado. É reconhecido no mercado pela profunda *expertise* na análise e concessão de crédito.

O Banco ABC BRASIL S.A. (ABCB4) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão).

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. era a seguinte em 31 de dezembro de 2021: Bank ABC (através da participação direta da Marsau Uruguay Holdings) 60,2%; Mercado: 30,4%; Administradores e Conselheiros: 6,7%; e Ações em Tesouraria: 2,7%.

RENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou um lucro líquido de R\$572,2 milhões no ano de 2021 (R\$322,1 milhões no ano de 2020), representando um retorno sobre o patrimônio médio de 12,8% a.a. (7,8% a.a. no ano de 2020).

O aumento do resultado do Banco em relação ao exercício anterior é explicado, principalmente, pelo aumento da Margem Financeira com Clientes, pela redução da Despesa de Provisão e pelo aumento do Patrimônio Líquido remunerado a CDI. O resultado foi parcialmente impactado por uma maior cobrança de Imposto de Renda e Contribuição Social e por maiores Despesas de Pessoal e Outras Administrativas, resultado do desenvolvimento de iniciativas estruturantes.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito (considerando empréstimos e garantias prestadas) atingiu R\$34,1 bilhões ao final de dezembro de 2021 (R\$31,0 bilhões ao final de dezembro de 2020). Em relação à qualidade da carteira, 95,9% das operações com empréstimos e 99,2% das operações com garantias prestadas estavam classificadas entre AA e C ao final de dezembro de 2021, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central. Considerando as duas carteiras, o índice foi de 97,0%. O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 3,13% do total da carteira de empréstimos ao final de dezembro de 2021 (2,82% ao final de dezembro de 2020).

IN CVM 381/03

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor independente, o BANCO ABC BRASIL S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Não foram prestados serviços adicionais relacionados à auditoria que representassem montantes superiores a remuneração global de 5% (cinco por cento) da remuneração paga pelos serviços de auditoria externa no período.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ao final do período, o Banco ABC BRASIL S.A. possuía R\$2.284,8 milhões em títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Mantidos até o vencimento", conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

O Banco ABC BRASIL S.A. está vinculado à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

GESTÃO DE RISCO

1 - Risco Corporativo

Para o Banco ABC Brasil a gestão de risco é um processo que visa à criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, de modo contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, em atendimento às Resoluções nºs 4.557/17 e 4.327/14 do Banco Central do Brasil, mantêm estruturas específicas de gerenciamento de riscos, de gerenciamento de capital e de responsabilidade socioambiental, respectivamente. Em atendimento às resoluções mencionadas anteriormente e à Circular nº 3.930/19 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de risco do Banco ABC Brasil estão disponíveis no site da Instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrazil.com.br > Relações com Investidores > Serviços de RI > Fatores de risco > Estrutura de gestão de risco - Banco ABC Brasil.

A Gestão do Risco Corporativo é responsável de todas as áreas e colaboradores, que, além de executar suas atividades, devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas com condições de tratá-los. Apesar de ser responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, a gestão é exercida de forma centralizada, na Diretoria de Gestão de Riscos, que atua como segunda linha de defesa.

A estrutura de governança do Banco ABC Brasil considera que a empresa deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro dos padrões éticos aceitos e recomendados. Essa estrutura atende à regulação da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos definidos pela regulação vigente, tais como o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, suportados por colegiados internos, o Comitê de Risco do Conselho e Diretoria Colegiada, além de outros comitês operacionais, tais como o Comitê de Crédito, o Comitê Financeiro e o Comitê de Risco Operacional e Compliance. O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite à risco da instituição, pela aprovação das estratégias de negócio e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir, ainda, a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recolhe, para isso, o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

A Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e gestão das atividades da instituição.

2 - Risco Operacional

O Banco reconhece que o risco operacional constitui uma categoria específica de risco, e como tal deve ser gerenciado. Sua gestão deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, levando em consideração todos os seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional; e 3) a Auditoria Interna.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco. O Comitê de Risco Operacional, *Compliance* e *Segurança da Informação* (CROCs) é o órgão colegiado interno que discute os assuntos de risco operacional, continuidade de negócios, *Compliance*, segurança da informação e controles internos.

3 - Risco de Mercado e Liquidez

A gestão dos riscos de mercado e liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez corrente e futura.

A Tesouraria executa as determinações do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos de prazo de juros e moedas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos provê informações diárias à Administração, à Tesouraria e aos membros do Comitê Financeiro, além de elaborar periodicamente relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite à risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado, bem como na criação de novos produtos ou atividades relacionadas.

4 - Risco de Crédito

A gestão de risco de crédito abrange as atividades de autorização, execução, controle e monitoramento do Banco. Isso inclui tanto a visão individual por grupo econômico, cliente e operação, quanto a agregada por fatores de risco da carteira, como concentração por setor, produto ou região.

A aprovação do relacionamento com os clientes e da concessão de linhas de crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito, até os limites da alçada da Administração. Acima disso, a aprovação é responsabilidade exclusiva do Comitê de Risco do Conselho.

O processo de gestão ocorre de forma dinâmica e compartilhada, notadamente nas áreas de Análise, Administração e Gerenciamento de Risco de Crédito, que fazem parte da estrutura da Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito. Visa, com isto, garantir que os riscos estejam dentro dos limites estipulados e que a cobertura de garantias requerida esteja nos níveis desejados, com a qualidade esperada e acessível ao Banco em caso de inadimplimento.

Também é responsabilidade da área de Gestão de Risco de Crédito o monitoramento da carteira de crédito. Isso inclui o acompanhamento da qualidade das carteiras e a execução de testes de estresse, além do desenvolvimento e desempenho dos modelos de atribuição de classificação de risco de contraparte e operação. A área também monitora as concentrações de risco e avalia os impactos de cenários adversos.

5 - Responsabilidade Socioambiental

A política de Responsabilidade Socioambiental traça as diretrizes para a identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental, em aderência à Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil.

O Banco ABC Brasil dispõe de ferramentas de pesquisa, processos internos de análise e estrutura de governança que propiciam o gerenciamento desses riscos. O Banco também aplica, de acordo com critérios internos de elegibilidade, questionários socioambientais junto aos clientes.

6 - Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pela Área de Finanças, que é também responsável pela estruturação do plano estratégico anual e pelo acompanhamento do orçamento. Trata-se de um processo integrado com a área de Gestão de Riscos. Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no site da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrazil.com.br > Relações com Investidores > Serviços de RI > Fatores de Risco > Estrutura de gestão de capital - Banco ABC Brasil.

7 - Comitê de Remuneração

O Banco conta com um Comitê de Remuneração constituído na assembleia geral ordinária ocorrida dia 30/04/2012, e tem como atribuições: (i) elaborar a política de remuneração de administradores do Banco, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das sociedades por ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com a regulamentação aplicável; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

8 - Risco de Conformidade

O Banco ABC Brasil através de sua área de *Compliance* busca assegurar a existência de políticas corporativas, processos, controles e monitoramento contínuo para atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e entidades de classe, como também prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Atuando na orientação e conscientização, visando cobrir atividades e condutas que possam causar danos à imagem da instituição e empregar seus melhores esforços na disseminação das práticas exigidas pela Lei nº 12.846/13 de Anticorrupção. Adicionalmente, a área de *Compliance*, juntamente com a área de Segurança da Informação, são responsáveis por definir as políticas para assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022

A Administração

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

	Nota	Banco		Consolidado	
		dezembro/21	dezembro/20	dezembro/21	dezembro/20
Ativo					
Disponibilidades	4	731.091	513.293	731.092	513.293
Instrumentos Financeiros		46.356.068	40.911.273	46.833.027	41.151.609
Aplicações interfinanceiras de liquidez		3.057.021	7.472.641	3.057.021	7.472.641
Carteira de câmbio	8	6.205.168	3.100.286	6.205.168	3.100.286
Títulos e valores mobiliários	5.a	11.674.964	7.464.110	11.867.130	7.650.932
Instrumentos financeiros derivativos	5.b	2.378.686	2.078.684	2.662.295	2.127.546
Operações de crédito	6	23.040.229	20.795.552	23.041.413	20.800.204
Outros Ativos		1.044.988	890.323	1.485.448	1.060.004
Relações interfinanceiras		90.240	157.780	90.240	157.780
Negociação e intermediação de valores	9.a	431.882	244.079	540.187	244.079
Rendas a receber		32.476	25.553	32.476	25.553
Despesas antecipadas		21.882	12.243	22.066	12.243
Bens não de uso próprio		157.038	192.679	157.038	192.679
Diversos	9.b	307.108	255.839	639.079	425.520
Outros Investimentos		4.362	2.150	4.362	2.150
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(720.379)	(585.978)	(720.379)	(585.978)
Ativos fiscais diferidos	19	1.118.517	1.094.394	1.119.813	1.095.574
Investimentos em Participações em coligadas e controladas	10	706.731	379.627	391	391
Imobilizado de uso	11	71.637	66.177	71.637	66.177
Intangível	11	164.720	123.535	164.720	123.535
Depreciações e amortizações	11	(119.779)	(95.764)	(119.779)	(95.764)
Imobilizado de uso		(48.944)	(42.565)	(48.944)	(42.565)
Intangível		(70.835)	(53.199)	(70.835)	(53.199)
Total do Ativo		49.353.594	43.296.880	49.565.970	43.328.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Exercícios e Semestres findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	Banco		Consolidado					
		2º Semes-tre 2021	Acumu-lado 2021	2º Semes-tre 2020	Acumu-lado 2020	2º Semes-tre 2021	Acumu-lado 2021	2º Semes-tre 2020	Acumu-lado 2020
Receitas da intermediação financeira		3.296.235	4.091.774	744.040	5.903.287	4.142.378	5.903.287	4.142.378	5.903.287
Operações de crédito		1.842.220	2.244.763	298.656	3.061.253	1.842.490	2.245.363	298.608	3.061.205
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		815.115	1.303.087	531.492	2.107.082	821.795	1.311.518	534.107	2.113.682
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.b	66.901	16.858	(22.648)	252.576	101.079	58.431	(11.384)	265.508
Resultado de operações de câmbio		571.999	335.350	(63.460)	482.376	571.999	527.066	(63.460)	482.376
Despesas da intermediação financeira		(2.882.910)	(3.115.471)	(306.368)	(5.787.533)	(2.878.647)	(3.110.868)	(306.032)	(5.787.197)
Operações de captação no mercado		(802.595)	(1.151.799)	(264.336)	(841.844)	(798.332)	(1.147.196)	(264.000)	(841.508)
Operações de empréstimos e repasses		(2.002.408)	(1.804.781)	58.721	(4.690.915)	(2.002.408)	(1.804.781)	58.721	(4.690.915)
Constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(78.064)	(167.089)	(101.535)	(247.713)	(78.064)	(167.089)	(101.535)	(247.713)
Constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Variação cambial sobre câmbio		157	8.198	782	(7.061)	157	8.198	782	(7.061)
Resultado bruto da intermediação financeira		413.325	976.303	437.672	115.754	458.716	1.031.510	451.839	135.574
Outras receitas (Despesas) operacionais		(102.264)	(198.855)	(97.983)	(210.985)	(130.719)	(234.829)	(108.429)	(225.269)
Receitas de prestação de serviços	15	183.900	335.350	170.552	283.976	193.989	345.439	170.552	283.976
Despesas de pessoal		(149.397)	(282.739)	(124.363)	(245.273)	(151.526)	(285.165)	(124.363)	(245.273)
Outras despesas administrativas	16	(97.375)	(180.526)	(83.489)	(160.250)	(97.917)	(181.518)	(83.847)	(160.716)
Despesas tributárias		(39.652)	(64.244)	(31.455)	(57.476)	(43.939)	(69.389)	(32.661)	(59.031)
Resultado de participações em controladas	10	32.398	36.255	6.734	9.952	—	—	—	—
Outras receitas operacionais	17	2.416	3.779	8.871	9.578	3.613	3.877	8.887	9.632
Outras despesas operacionais	18	(34.554)	(46.750)	(44.833)	(51.492)	(34.939)	(48.073)	(46.997)	(53.857)
Resultado operacional		311.061	777.648	339.689	(95.231)	327.997	796.681	343.410	(89.695)
Resultado não operacional		(5.160)	(23.497)	(9.934)	(10.947)	(5.160)	(23.497)	(9.934)	(10.947)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		305.901	754.151	329.755	(106.178)	322.837	773.184	333.476	(100.642)
Imposto de renda e contribuição social	19	91.485	(20.935)	(86.924)	556.153	76.259	(38.258)	(90.645)	550.617
Provisão para imposto de renda		88.910	10.428	336.375	21.796	78.238	(2.292)	333.166	17.290
Provisão para contribuição social		31.385	(59.569)	228.753	(69.537)	27.203	(63.505)	227.506	(71.363)
Alíquo fiscal diferido		(28.810)	27.206	(652.052)	603.894	(29.182)	27.539	(651.317)	604.690
Participações nos lucros e resultados	22	(83.959)	(161.043)	(63.368)	(127.899)	(84.974)	(162.058)	(63.368)	(127.899)
Participações de acionistas não controladores		—	—	—	—	—	(695)	—	(695)
Lucro líquido do período		313.427	572.173	179.463	322.076	313.427	572.173	179.463	322.076
Lucro por ação - Básico	24.1	1,43	2,61	0,83	1,50	1,43	2,61	0,83 </	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios e Semestres findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Banco						Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.565.892	45.651	210.793	1.232.363	55.000	7.969	4.040.733
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	(8.986)	(8.986)
Aquisição/distribuição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	20.077
Aumento de capital	28.789	-	-	-	-	-	28.789
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	322.076	322.076
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(107.371)	(107.371)
Destinação - Reserva legal	-	-	16.104	-	-	(16.104)	(16.104)
Constituição de reservas	-	-	-	198.601	-	(198.601)	-
Constituição de reserva - Remuneração da Administração	-	(7.055)	-	-	-	-	(7.055)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.594.681	38.596	226.897	1.430.964	55.000	(1.017)	(56.858)
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	(9.195)	(9.195)
Aquisição/distribuição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	(37.252)
Aumento de capital	1.720.336	-	(226.897)	(1.430.964)	-	-	62.475
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	572.173	572.173
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(200.651)	(200.651)
Destinação - Reserva legal	-	-	28.609	-	-	(28.609)	(28.609)
Constituição de reservas	-	-	-	342.913	-	(342.913)	-
Constituição de reserva - Remuneração da Administração	-	(6.350)	-	-	-	-	(6.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.315.017	32.246	28.609	342.913	55.000	(10.212)	(94.110)
Saldos em 30 de junho de 2021	2.657.156	31.268	239.834	1.430.964	55.000	(13.393)	151.664
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	3.181	3.181
Aquisição/distribuição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	(787)
Aumento de capital	1.657.861	-	(226.897)	(1.430.964)	-	-	500
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	313.427	313.427
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(106.506)	(106.506)
Destinação - Reserva legal	-	-	15.672	-	-	(15.672)	(15.672)
Constituição de reservas	-	-	-	342.913	-	(342.913)	-
Constituição de reserva - Remuneração da Administração	-	978	-	-	-	-	978
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.315.017	32.246	28.609	342.913	55.000	(10.212)	1.195.467.658

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios e Semestres findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Banco				Consolidado			
		2º Semes- tre 2021	Acumulo do 2º Semes- tre 2021	2º Semes- tre 2020	Acumulo do 2º Semes- tre 2020	2º Semes- tre 2021	Acumulo do 2º Semes- tre 2021	2º Semes- tre 2020	Acumulo do 2º Semes- tre 2020
Auração do valor adicionado		3.404.644	4.272.012	822.710	5.942.067	3.457.058	4.332.803	836.557	5.961.605
Receitas		3.296.235	4.091.774	744.040	5.903.287	3.337.363	4.142.378	757.871	5.922.771
Recursos de prestação de serviços	15	183.900	335.350	170.552	283.976	193.989	345.439	170.552	283.976
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		(78.064)	(167.089)	(101.535)	(247.713)	(78.064)	(167.089)	(101.535)	(247.713)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Variação cambial sobre câmbio		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	17	2.416	3.779	8.717	9.578	3.613	3.877	8.887	9.632
Despesas de intermediação financeira		(2.805.003)	(2.956.580)	(205.615)	(5.532.759)	(2.800.740)	(2.951.977)	(205.279)	(5.532.423)
Insumos adquiridos de terceiros		(114.949)	(209.041)	(121.102)	(189.107)	(115.877)	(211.357)	(123.624)	(191.938)
Processamento de dados e telecomunicações	16	(19.783)	(37.164)	(15.150)	(28.715)	(19.783)	(37.164)	(15.150)	(28.715)
Serviços de terceiros	16	(4.087)	(7.839)	(3.598)	(6.620)	(4.493)	(8.544)	(3.837)	(6.860)
Serviços do sistema financeiro	16	(16.626)	(32.643)	(15.412)	(31.678)	(16.646)	(32.680)	(15.431)	(31.710)
Serviços técnicos especializados	16	(17.375)	(31.068)	(13.268)	(24.748)	(17.419)	(31.152)	(13.308)	(24.853)
Despesas de viagem	16	(1.077)	(1.273)	(1.355)	(3.601)	(1.077)	(1.273)	(1.355)	(3.601)
Promoções e relações públicas	16	(6.170)	(12.216)	(3.229)	(9.503)	(6.170)	(12.216)	(3.229)	(9.503)
Outras despesas operacionais	18	(34.554)	(46.750)	(44.833)	(51.492)	(34.939)	(48.073)	(46.997)	(53.857)
Recursos não operacionais		5.554	6.033	2.078	2.800	5.554	6.033	2.078	2.800
Despesas não operacionais		(10.714)	(29.530)	(12.012)	(13.747)	(10.714)	(29.530)	(12.012)	(13.747)
Outras despesas administrativas	16	(10.117)	(16.591)	(14.323)	(21.803)	(10.190)	(16.758)	(14.383)	(21.892)
Valor adicionado bruto		484.892	1.106.391	495.993	220.201	540.441	1.169.469	507.654	237.244
Repasses		(12.980)	(24.563)	(9.493)	(18.332)	(12.989)	(24.562)	(9.493)	(18.332)
Depreciação e amortização	16	(12.980)	(24.563)	(9.493)	(18.332)	(12.989)	(24.562)	(9.493)	(18.332)
Valor adicionado líquido produzido		471.702	1.081.828	486.500	201.869	527.452	1.144.907	498.161	218.912
Valor adicionado recebido em transferência		32.398	36.455	6.734	9.952	-	-	-	-
Resultado de participações em controladas		32.398	36.455	6.734	9.952	-	-	-	-
Valor adicionado total a distribuir		504.100	1.118.283	493.234	211.821	527.452	1.144.907	498.161	218.912
Distribuição do valor adicionado		504.100	1.118.283	493.234	211.821	527.452	1.144.907	498.161	218.912
Pessoal		207.199	394.472	164.406	324.467	209.872	397.383	164.406	324.467
Remuneração direta		91.972	173.849	75.241	147.884	93.508	175.605	75.240	147.883
Benefícios		22.249	42.130	18.374	33.724	22.252	42.133	18.374	33.724
Encargos sociais - FGTS		7.197	13.852	6.643	12.696	7.316	13.969	6.643	12.696
Treinamentos		1.822	3.598	790	2.264	1.822	3.598	791	2.265
Participações nos lucros e resultados		83.959	161.043	63.368	127.899	84.974	162.058	63.368	127.899
Impostos, Taxas e Contribuições		(25.676)	134.469	141.704	(449.972)	(5.692)	157.487	146.631	(442.881)
Federais		(36.677)	114.764	132.181	(466.028)	(16.901)	137.574	137.107	(458.938)
Municipais		11.001	19.705	9.523	16.056	11.209	19.913	9.524	16.057
Remuneração de capitais de terceiros		9.150	17.169	7.661	15.250	9.150	17.169	7.661	15.250
Aluguéis	16	9.150	17.169	7.661	15.250	9.150	17.169	7.661	15.250
Remuneração dos acionistas		313.427	572.173	179.643	322.076	314.122	572.868	179.643	322.076
Juros sobre o capital próprio	24.b	106.506	200.651	107.370	107.371	106.506	200.651	107.370	107.371
Lucros retidos		206.921	371.522	72.993	214.705	206.921	371.522	72.993	214.705
Participações de acionistas não controladores		-	-	-	-	695	695	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

c) Critérios de avaliação dos passivos
As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.
As operações de depósitos à vista não são remuneradas pelo Banco. As operações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos são negociadas a taxas normais de mercado.
As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira.
Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.
As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos, calculados até a data do balanço.
As obrigações por repasses do exterior são representadas por recursos obtidos pelo Banco junto a órgãos multilaterais (IC Inter American Investment Corporation e IDB - Inter-American Development Bank) os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados pela variação cambial e encargos calculados até a data do balanço.
d) Auração das receitas e despesas
As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 90 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Também são reconhecidas com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária.
e) Ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:
- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos; e
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdidos possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem previsão e divulgação.
f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.
g) Imposto de Renda e Contribuição Social
As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável.
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidas pela Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020, em vigor desde 1º de janeiro de 2021. Os saldos dos valores correspondentes a períodos anteriores, apresentados para fins de comparação, também estão sendo apresentados considerando tais critérios gerais.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco ABC Brasil S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Bank ABC que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e de crédito imobiliário.
O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Ilhas Cayman (Nota 21). A Administração vem acompanhando os desdobramentos relacionados à pandemia de COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais e a assessoria especializada. O Banco vem adotando diversas medidas de prevenção para preservar a segurança e a saúde de seus colaboradores, assim como a manutenção de sua operação.
Para garantir o nível de liquidez no sistema financeiro, o Conselho Monetário Nacional e o Bacen adotaram medidas a fim de minimizar os efeitos da crise sobre a economia. O saldo devedor atualizado das operações de crédito prorrogadas pelo Banco desde o impacto da pandemia da COVID-19 totalizou R\$ 260.806 (R\$ 797.284 em 31 de dezembro de 2020).
O Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), foi instituído pela Lei nº 14.042/20 com objetivo de facilitar o acesso ao crédito e de preservar as empresas, para a proteção de empregos e da renda. O saldo devedor atualizado de operações de crédito garantidas pelo programa PEAC-FGI em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.859.876 (R\$ 3.566.440 em 31 de dezembro de 2020).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
i) Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação
As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.639/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC Brasil S.A. e das empresas controladas ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ABC Brasil Administração e Participações Ltda., ABC Brasil Comercializadora de Energia Ltda. (participações diretas e indiretas correspondente a aproximadamente 100%) e ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda. (participação indireta de 90%).
Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/2020 foram incluídas nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.
As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido dos períodos comparativos.
As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2022.
As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados.
ii) Moeda Funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco ABC Brasil S.A. e de suas empresas controladas, definidas conforme previsto na Resolução nº 4.524/16 do Banco Central do Brasil.
iii) Conversão de moedas estrangeiras
Os ativos e passivos das subsidiárias são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço. O resultado é convertido pela taxa de câmbio média mensal.
iv) Principais práticas contábeis
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM e pelo Bacen. Por sua vez, o Bacen aprovou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 46 - Mensuração do valor Justo, CPC 41 - Resultado por ação e CPC 47 - Receita de contrato com cliente.
Adicionalmente, o Bacen editou as resoluções abaixo visando a redução de assimetrias em relação aos padrões internacionais:
Resolução nº 3.533/08 - Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
Resolução nº 4.512/16 - Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas.
Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.
Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16- Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.
Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº2/2020 - Dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.
Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda.
Resolução CMN nº 4.966/21 - Trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que Banco incluiu as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados.
A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
As principais práticas contábeis são assim resumidas:
a) Critérios de avaliação dos ativos
As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.
Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue:
Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.
Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.
Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos.
As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício. As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.
As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa.
As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.
A provisão para

Notas Explicativas às
Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado					
	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
Nota	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	31.771.216	11.915.082	43.686.298	29.647.070	8.215.202	37.862.272
Depósitos	12	7.050.943	904.856	7.955.799	9.470.329	8.844.999
Depósitos no mercado aberto	12	1.328.942	—	1.328.942	1.354.313	—
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	5.627.028	6.717.996	12.345.024	6.176.003	4.256.097
Obrigações por empréstimos e repasses	12	10.191.774	1.658.233	11.850.007	8.542.198	583.768
Instrumentos financeiros derivativos	5.b	1.394.224	964.610	2.358.834	1.046.341	926.755
Carteira de câmbio	8	6.051.832	88.027	6.139.859	2.916.610	149.239
Dívidas subordinadas	12	126.473	1.574.047	1.700.520	141.276	1.581.547
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	13	—	7.313	7.313	—	32.797
Provisões	13	243.865	17.821	261.686	170.533	29.033
Obrigações fiscais diferidas	19	—	277.946	277.946	262.194	262.194
Outras obrigações		625.060	26.184	651.244	36.637	694.201
Relações interfinanceiras		2	2	—	—	—
Relações interdependências		77.964	—	77.964	93.519	—
Sociais e estatutárias		55.463	318	55.781	73.500	317
Fiscais e previdenciárias	14.a	158.938	1.505	160.443	80.673	82.031
Negociação e intermediação de valores	14.c	328.064	—	328.064	408.045	—
Diversas	14.b	4.629	24.361	28.990	1.827	34.962
Resultado de exercícios futuros	12	18.899	5.239	18.138	17.572	22.345
Patrimônio líquido		—	4.670.658	4.670.658	—	4.288.263
Capital social:	24.a	—	4.315.017	4.315.017	—	2.594.681
De domiciliados no País		—	1.337.057	1.337.057	—	759.039
De domiciliados no exterior		—	2.977.960	2.977.960	—	1.835.642
Reserva de capital		—	32.246	32.246	—	38.596
Reserva de lucros	24.d	—	426.522	426.522	—	1.712.861
Outros resultados Abrangentes		—	(10.212)	(10.212)	—	(1.017)
Ações em tesouraria	24.e	—	(94.110)	(94.110)	—	(56.858)
Participações de acionistas não controladores		—	1.195	1.195	—	—
Total do passivo		32.653.040	16.912.930	49.565.970	30.492.739	12.836.102

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

Disponibilidades	Banco e Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Aplicações financeiras de liquidez	731.091	513.293
Aplicações em moedas estrangeiras	786.249	5.731.491
Outras operações com vencimentos de até 90 dias (a)	442.280	5.512.615
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.519.340	6.244.784

(a) Referem-se às aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

As classificações dos títulos, em 31 de dezembro 2021 e 2020, são demonstradas como segue:

Títulos para negociação	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
	Custo	Contábil	Custo	Contábil
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	80.198	80.190	80.198	80.190
Eurobônus	81.572	77.403	81.572	77.403
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	1.153.926	1.138.026	1.153.926	1.138.026
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	43.460	42.773	43.460	42.773
Debêntures	375.899	371.022	375.899	371.022
Notas do Tesouro Americano - T-Bills	3.069.001	3.068.859	3.069.001	3.068.859
Ações de companhias abertas	198.172	140.962	198.172	140.962
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	—	—	—	40.274
Fundos em Participações de infraestrutura	15.468	14.779	35.508	32.980
Subtotal - Títulos para negociação	5.017.696	4.934.014	5.037.736	4.952.215
Títulos disponíveis para venda (b)				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.321.741	1.313.852	1.430.040	1.421.417
Eurobônus	—	—	—	1.766.401
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	201.694	200.875	201.694	200.875
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	134.387	138.007	134.387	136.070
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	38.698	38.700	105.989	36.069
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	4.044	4.047	4.044	10.084
Debêntures	1.514.382	1.511.850	1.514.382	1.489.672
Notas Promissórias - NP	84.127	83.879	84.127	83.879
Cédula do Produtor Rural - CPR	1.035.063	1.021.889	1.035.063	1.021.889
Letras Financeiras - LF	58.487	58.487	58.487	37.453
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	83.314	84.032	83.314	84.032
Fixed Rate Notes - FRN	—	—	—	20.590
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	4.475.937	4.456.118	4.650.637	4.613.748
Títulos mantidos até o vencimento (a)				
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	132.038	132.038	132.038	121.518
Letras do Tesouro Nacional - LTN	693.622	693.622	693.622	847.411
Notas do Tesouro Nacional - NTN - F	1.459.172	1.459.172	1.459.172	1.064.813
Subtotal - Mantidos até o vencimento	2.284.832	2.284.832	2.284.832	2.033.542
Total	11.778.465	11.674.964	11.867.130	7.650.932

(a) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam em 31 de dezembro de 2021, ajuste negativo de R\$ 151.613 (ajuste positivo de R\$ 76.386 em 31 de dezembro 2020), com base em cotação de mercado ativo (Nível 1).

(b) O valor de mercado é apresentado líquido da provisão para perdas consideradas permanentes dos títulos, no montante de R\$ 87.873 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 88.102 em 31 de dezembro 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam ajuste negativo de R\$ 20.554 (R\$ 3.065 de ajuste negativo em 31 de dezembro de 2020), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" líquido do efeito tributário, no montante negativo de R\$ 10.212 (R\$ 1.017 - negativo em 31 de dezembro de 2020).

A composição da carteira em 31 de dezembro de 2021 e 2020, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

Dezembro de 2021	Banco				Consolidado							
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total				
Negociação	4.902.158	31.856	—	4.934.014	4.902.158	50.057	—	4.952.215				
Disponíveis para venda	2.047.917	1.372.683	1.035.518	4.456.118	2.155.482	1.439.083	1.035.518	4.630.083				
Dezembro de 2020												
Negociação	776.546	40.274	—	816.820	776.546	40.274	—	816.820				
Disponíveis para venda	2.026.174	1.722.022	865.552	4.613.748	2.151.087	1.783.931	865.552	4.800.570				
Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.												
Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).												
Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).												
As composições da carteira em 31 de dezembro de 2021, considerando o prazo de vencimento, são demonstradas como segue:												
Títulos para negociação	Banco					Consolidado						
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	Acima de 3 anos	Total	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	Acima de 3 anos	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	—	20.048	—	—	—	48.794	11.348	80.190	—	—	—	139.236
Eurobônus	—	—	—	—	—	161.847	39.028	200.875	—	—	—	390.923
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	—	—	—	404.832	—	117.966	615.228	1.138.026	—	—	—	2.276.054
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	—	—	—	—	—	42.773	42.773	—	—	—	—	85.546
Debêntures	—	—	—	—	—	371.022	371.022	—	—	—	—	742.044
Notas do Tesouro Americano - T-Bills	—	3.068.859	—	—	—	—	3.068.859	—	—	—	—	6.137.718
Ações de companhias abertas	140.962	—	—	—	—	—	140.962	—	—	—	—	281.924
Fundos em Participações de infraestrutura	14.779	—	—	—	—	—	14.779	—	—	—	—	29.558
Subtotal - Títulos para negociação	155.741	3.088.907	—	404.832	—	166.760	1.117.774	4.934.014	—	—	—	9.953.256
Títulos disponíveis para venda												
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	—	—	—	—	210.427	1.103.425	1.313.852	—	—	—	—	2.627.704
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	—	—	—	—	161.847	39.028	200.875	—	—	—	—	390.923
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	—	—	—	—	138.507	—	138.507	—	—	—	—	277.014
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	—	—	—	33.223	5.477	—	38.700	—	—	—	—	73.923
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	—	—	—	—	—	4,047	4,047	—	—	—	—	8,094
Debêntures	—	—	—	—	20.243	718.874	772.733	1.511.850	—	—	—	3,023,623
Notas Promissórias - NP	—	5.204	41.388	37.287	—	—	83.879	—	—	—	—	165,166
Cédula do Produtor Rural - CPR	—	99.490	66.451	207.976	558.416	89.556	1.021.889	—	—	—	—	2,053,844
Letras Financeiras - LF	—	—	—	11.288	47.199	—	58.487	—	—	—	—	105,964
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	—	—	—	—	84.032	—	84.032	—	—	—	—	168,064
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	—	104.694	141.062	282.271	1.919.302	2.008.789	4.556.118	—	—	—	—	9,113,623
Títulos mantidos até o vencimento												
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	—	—	—	—	19.986	—	132.038	—	—	—	—	152,024
Letras do Tesouro Nacional - LTN	—	149.970	—	—	94.135	—	693.622	—	—	—	—	938,247
Notas do Tesouro Nacional - NTN - F	—	—	—	—	108.054	1.351.118	1.459.172	—	—	—	—	2,818,354
Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento	—	149.970	—	—	114.121	557.571	2.284.832	—	—	—	—	3,468,634
Total - Dezembro de 2021	155.741	3.343.571	141.062	801.224	2.643.633	4.589.733	11.674.964	—	—	—	—	13,141,890
Total - Dezembro de 2020	385.077	61.137	543.875	436.944	1.609.936	4.427.141	7.464.110	—	—	—	—	10,636,064

Títulos para negociação	Banco					Consolidado						
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	Acima de 3 anos	Total	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	Acima de 3 anos	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	—	20.048	—	—	—	48.794	11.348	80.190	—	—	—	139.236
Eurobônus	—	—	—	—	—	161.847	39.028	200.875	—	—	—	390.923
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	—	—	—	404.832	—	117.966	615.228	1.138.026	—	—	—	2.276.054
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	—											

Notas Explicativas às
Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Carteira por setor de atividade:

	Banco					
	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Operações de crédito	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Garantias financeiras prestadas	Total
Sector privado						
Intermediários financeiros	260.143	1.810.009	2.070.152	68.991	1.710.546	1.779.537
Indústria	6.178.866	1.838.238	8.017.104	5.968.765	1.638.736	7.607.501
Comércio	5.550.253	862.953	6.413.206	4.951.934	811.478	5.763.412
Serviços	10.393.874	5.531.858	15.925.732	9.303.193	4.721.164	14.024.357
Pessoas físicas	477.623	55.354	532.977	400.679	70.821	471.500
Total - Sector privado	22.860.759	10.098.412	32.959.171	20.693.562	8.952.745	29.646.307
Sector público	179.470	989.951	1.169.421	101.990	1.208.239	1.310.229
Total da carteira	23.040.229	11.088.363	34.128.592	20.795.552	10.160.984	30.956.536

	Consolidado					
	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Operações de crédito	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Garantias financeiras prestadas	Total
Sector privado						
Intermediários financeiros	260.143	1.810.009	2.070.152	68.991	1.710.546	1.779.537
Indústria	6.178.866	1.838.238	8.017.104	5.968.765	1.638.736	7.607.501
Comércio	5.529.609	843.399	6.373.008	4.931.882	811.478	5.743.360
Serviços	10.393.874	5.531.858	15.925.732	9.303.193	4.721.164	14.024.357
Pessoas físicas	499.451	55.354	554.805	425.383	70.821	496.204
Total - Sector privado	22.861.943	10.078.858	32.940.801	20.698.214	8.952.745	29.650.959
Sector público	179.470	989.951	1.169.421	101.990	1.208.239	1.310.229
Total da carteira	23.041.413	11.068.809	34.110.222	20.800.204	10.160.984	30.961.188

Os saldos das operações de crédito e de garantias financeiras prestadas, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

	Banco							
	Dezembro de 2021							
	A vencer							
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias	Total
Operações de crédito	2.398.349	3.314.578	4.141.363	5.088.434	6.721.693	1.121.938	253.874	23.040.229
Garantias financeiras prestadas	603.964	1.870.468	1.987.105	3.290.503	3.056.262	280.061	-	11.088.363
Total - Dezembro de 2021	3.002.313	5.185.046	6.128.468	8.378.937	9.777.955	1.401.999	253.874	34.128.592
Total - Dezembro de 2020	2.223.630	3.861.546	4.727.494	7.465.159	10.694.247	1.844.417	140.043	30.956.536

	Consolidado							
	Dezembro de 2021							
	A vencer							
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias	Total
Operações de crédito	2.377.705	3.314.578	4.141.363	5.088.434	6.743.521	1.121.938	253.874	23.041.413
Garantias financeiras prestadas	603.964	1.870.468	1.987.105	3.290.503	3.036.708	280.061	-	11.068.809
Total - Dezembro de 2021	2.981.669	5.185.046	6.128.468	8.378.937	9.780.229	1.401.999	253.874	34.110.222
Total - Dezembro de 2020	2.203.578	3.861.546	4.752.198	7.465.159	10.694.247	1.844.417	140.043	30.961.188

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no Banco e Consolidado, foram realizadas cessões com transferência substancial de riscos e benefícios, em acordo com a resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R\$ 10.680 (R\$ 125.996 em 31 de dezembro de 2020). O efeito dessas operações no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi positivo de R\$ 1.258 (resultado positivo de R\$ 1.087 em 31 de dezembro de 2020).

As concentrações dos riscos de crédito estão assim demonstradas:

	Banco e Consolidado			
	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Saldo	% sobre a carteira (1)	Saldo	% sobre a carteira (1)
Principal devedor	762.270	2,23	627.011	2,03
10 maiores devedores	4.369.507	12,80	4.209.546	13,60
20 maiores devedores	6.872.381	20,14	6.751.585	21,81

(1) total da carteira incluindo garantias financeiras prestadas.

Operações ativas vinculadas

Os saldos das operações de créditos vinculadas e as obrigações por operações ativas vinculadas estão em conformidade com a Resolução nº 2.921/02 e são demonstrados como segue:

	Banco e Consolidado				
	Dezembro de 2021				
	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total	Dezembro de 2020
Operações ativas vinculadas					
Operações de crédito	6.404	2.377	1.176	9.957	61.724
Obrigações por operações passivas vinculadas					
Depósitos a prazo	9.205	3.416	1.691	14.312	69.925

O resultado líquido dessas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi negativo de R\$ 69 (R\$ 391 positivo em 31 de dezembro de 2020).

7. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO E PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

As carteiras de operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão assim distribuídos:

Nível de risco	Banco					
	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível mínimo de provisionamento	Total das operações	Provisão	Operações	Provisão	
AA	-	3.774.685	-	3.245.809	-	-
A	0,5%	8.473.740	-	8.473.740	42.371	7.226.320
B	1,0%	8.132.821	129	8.132.950	81.330	7.553.196
C	3,0%	1.717.095	675	1.717.770	51.543	1.850.277
D	10,0%	300.153	4.528	304.681	30.468	202.037
E	30,0%	142.994	7.117	150.111	45.033	322.880
F	50,0%	59.512	364	59.876	29.938	136.262
G	70,0%	68.213	1.520	69.733	48.813	108.497
H	100,0%	117.142	239.541	356.683	356.683	150.274
Provisão Adicional (*)	-	-	-	34.200	-	-
Total		22.786.355	253.874	23.040.229	720.379	20.795.552

(*) Refere-se a provisão anticíclica adicional ao mínimo exigido na Resolução nº 2.682/99.

Nível de risco	Consolidado					
	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível mínimo de provisionamento	Total das operações	Provisão	Operações	Provisão	
AA	-	3.775.869	-	3.775.869	3.250.461	-
A	0,5%	8.473.740	-	8.473.740	42.371	7.226.320
B	1,0%	8.132.821	129	8.132.950	81.330	7.553.196
C	3,0%	1.717.095	675	1.717.770	51.543	1.850.277
D	10,0%	300.153	4.528	304.681	30.468	202.037
E	30,0%	142.994	7.117	150.111	45.033	322.880
F	50,0%	59.512	364	59.876	29.938	136.262
G	70,0%	68.213	1.520	69.733	48.813	108.497
H	100,0%	117.142	239.541	356.683	356.683	150.274
Provisão Adicional (*)	-	-	-	34.200	-	-
Total		22.787.539	253.874	23.041.413	720.379	20.800.204

(*) Refere-se a provisão anticíclica adicional ao mínimo exigido na Resolução nº 2.682/99.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Banco e Consolidado			
	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Saldos no início do exercício	585.978	-	428.093	-
Constituição/(Reversão)	132.889	-	247.713	-
Constituição/(Reversão) de provisão adicional	34.200	-	-	-
Variação cambial de saldo	1.935	7.584	-	-
Classificados como resultados de exercícios futuros	4.311	(2.442)	-	-
Créditos compensados como prejuízo	(31.916)	(88.309)	-	-
Baixas por cessão de crédito	(7.018)	(6.661)	-	-
Saldos no final do exercício	720.379	585.978	720.379	585.978

Os saldos da provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de risco, são demonstrados como segue:

Nível de risco	Dezembro 2021				Dezembro 2020			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	6.136.108	-	6.116.554	-	4.666.891	-	4.666.891	-
A	2.056.786	10.281	2.056.786	10.281	2.313.281	11.566	2.313.281	11.566
B	2.271.009	22.709	2.271.009	22.709	2.701.072	28.266	2.701.072	28.266
C	533.053	19.917	533.053	19.917	298.029	8.941	298.029	8.941
D	39.764	3.974	39.764	3.974	133.322	13.332	133.322	13.332
E	51.643	15.493	51.643	15.493	48.389	14.517	48.389	14.517
Total	11.088.363	72.374	11.068.809	72.374	10.160.984	76.622	10.160.984	76.622

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo total de créditos renegociados é de R\$ 117.254 (R\$ 212.224 em 31 de dezembro de 2020), sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 52.567 (R\$ 119.738 em 31 de dezembro de 2020). O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 21.669 (R\$ 12.718 em 31 de dezembro de 2020).

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

Os saldos das carteiras de câmbio estão assim demonstrados:

	Banco e Consolidado			
	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Instrumentos financeiros - posição ativa				
Câmbio comprado a liquidar - CCL			3.545.056	2.397.323
Provisão sobre variação cambial de CCL			(973)	(9.171)
Direitos sobre vendas de câmbio			2.661.640	722.567
Adiantamentos recebidos			(555)	(10.433)
Total			6.205.168	3.100.286
Instrumentos financeiros - posição passiva				
Câmbio vendido a liquidar			2.698.210	731.290
Obrigações por compra de câmbio			3.441.649	2.334.559
Total			6.139.859	3.065.849

9. OUTROS ATIVOS

a) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

b) As composições de outros ativos diversos estão assim demonstradas:

	Banco				Consolidado			
	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020		Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Devedores por compra de valores e bens	Devedores por depósitos em garantia	Impostos e contribuições a compensar	Títulos e créditos a receber	Adiantamento contrato de energia	Outros	Total	Total
Devedores por compra de valores e bens	8.869	59.571	-	-	8.869	-	57.208	-
Devedores por depósitos em garantia	16.121	13.589	-	-	16.121	-	13.589	-
Impostos e contribuições a compensar	232.550	176.305	-	-	240.129	-	180.041	-
Títulos e créditos a receber	-	-	-	230.271	-	-	164.825	-
Adiantamento contrato de energia	-	-	-	94.105	-	-	-	-
Outros	49.569	6.374	-	-	49.585	-	9.857	-
Total	307.109	255.839	-	639.800	639.800	-	425.520	-

10. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS

Os saldos das controladas diretas e indiretas dos ativos totais, patrimônio líquido e lucro líquido referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são demonstrados a seguir:

	% de Participação	Dezembro de			
--	-------------------	-------------	--	--	--

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil. A contribuição social tem alíquota de 15% para as empresas financeiras e 9% para as empresas não financeiras. A alíquota da contribuição social, foi elevada de 15% para 20% para o Banco, com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. Através da Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183/2021, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido foi elevada para 25% para o Banco e 20% para a ABC DTMV, com efeito até o dia 31 de dezembro de 2021. As apurações das despesas com imposto de renda e contribuição social para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são demonstradas a seguir:

	Banco			
	2º Semestre de 2021	Acumulado de 2021	2º Semestre de 2020	Acumulado de 2020
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	221.941	593.107	266.387	(234.077)
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	105.303	272.328	119.874	(99.981)
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período	157.786	10.159	(104.311)	462.721
Receitas/despesas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	(97.037)	(72.244)	34.621	(283.312)
Resultados de participações societárias	(14.579)	(16.405)	(3.030)	(4.432)
Juros sobre o capital próprio	(47.928)	(90.293)	(18.806)	(46.648)
Outros valores	(37.244)	(72.451)	(45.733)	(62.993)
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	66.301	31.094	(17.385)	(54.635)
Impostos e contribuições diferidos				
Passivos fiscais constituídos no semestre/exercício	(80.465)	244.184	(541.203)	238.855
Passivos fiscais realizados no semestre/exercício	(106.132)	(227.138)	(6.539)	(136.479)
Créditos tributários constituídos no semestre/exercício	(179.740)	(674.912)	515.533	(1.009.841)
Créditos tributários realizados no semestre/exercício	208.551	647.707	136.518	405.947
Total dos impostos e contribuições diferidos	(157.786)	(10.159)	104.309	(501.518)
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	(91.485)	20.935	86.924	(556.153)

	Consolidado			
	2º Semestre de 2021	Acumulado de 2021	2º Semestre de 2020	Acumulado de 2020
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	237.860	611.123	270.108	(228.541)
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	124.177	293.298	123.505	(94.536)
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período	150.324	2.214	(106.526)	460.059
Receitas / despesas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	(115.211)	(92.213)	31.722	(287.581)
Juros sobre o capital próprio	(47.928)	(90.293)	(18.806)	(46.648)
Outros valores	(37.296)	(72.534)	(45.776)	(83.056)
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	74.066	40.472	(15.881)	(51.762)
Impostos e contribuições diferidos				
Passivos fiscais constituídos no semestre/exercício	(73.375)	252.463	(538.252)	242.321
Passivos fiscais realizados no semestre/exercício	(106.132)	(227.138)	(6.539)	(136.485)
Créditos tributários constituídos no semestre/exercício	(179.741)	(675.738)	514.797	(1.010.645)
Créditos tributários realizados no semestre/exercício	208.923	648.199	136.519	405.954
Total dos impostos e contribuições diferidos	(150.325)	(2.214)	106.526	(498.855)
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	(76.259)	38.258	90.645	(550.617)

20. PARTES RELACIONADAS

a) **Empresas controladas e ligadas**
Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

	Prazos	Remuneração	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
			Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)
Operações/Partes relacionadas						
Caixa e equivalente de caixa						
Arab Banking Corporation - New York (4)	S/ Vencto.	Sem remuneração	562	-	524	-
ABC International Bank - Milian (4)	S/ Vencto.	Sem remuneração	10	-	10	-
Operações de crédito						
ABC Brasil Com. de Energia Ltda. (3)	24/01/2022	1,00% a.a.	20.644	644	20.000	52
Administradores (4)	02/01/2024	3,05% a.a.	21.700	128	24.700	4
Depósitos à vista						
ABC Brasil Adm. e Participações Ltda. (3)	S/ Vencto.	Sem remuneração	(104)	-	(55)	-
ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (3)	S/ Vencto.	Sem remuneração	(693)	-	(21)	-
ABC Brasil Com. de Energia Ltda. (3)	S/ Vencto.	Sem remuneração	(14)	-	(17)	-
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda. (3)	S/ Vencto.	Sem remuneração	(9)	-	-	-
Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda. (4)	S/ Vencto.	Sem remuneração	(20)	-	(27)	-
Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos						
Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda. (4)	30/01/2022	0,30% a.a.	(51)	-	(180)	-
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima (1)	30/01/2022	0,30% a.a.	(77.601)	(1)	(715)	-
ABC Brasil Com. de Energia Ltda. (3)	09/09/2022	CDI	(84.400)	(2.234)	-	-
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda. (3)	26/12/2023	CDI	(13.000)	(209)	-	-
Administradores (4)	(a)	(a)	(22.439)	(972)	(20.421)	(909)
Captações no mercado aberto						
ABC Brasil Com. de Energia Ltda. (3)	07/01/2022	CDI	(66.952)	(279)	(15.818)	(12)
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda. (3)	21/01/2022	CDI	(581)	(1)	-	-
Obrigações por empréstimos						
Arab Banking Corporation - Bahrain (2)	06/01/2022	0,90% a.a.	(167.415)	(745)	(493.687)	(613)
Arab Banking Corporation - Tunísia (4)	12/08/2022	1,20% a.a.	(295.767)	(1.656)	(287.237)	(1.955)
Arab Banking Corporation - New York (4)	16/06/2022	1,20% a.a.	(111.610)	(737)	(103.934)	(119)
Arab Banking Corporation - Egypt (4)	18/01/2022	0,20% a.a.	(19.532)	(2)	(20.787)	(6)

(1) Acionista controlador direto, (2) Acionista controlador indireto, (3) Controlada, (4) Ligada.
a) CDB - Taxa de 100,00 % até 104,00% do CDI - Menor data inicial: 30/10/2019, Maior data de vencimento: 01/09/2023.
LCA / LCI - Taxa de 96,00 % até 114,00 % do CDI - Menor data inicial: 11/01/2019, Maior data de vencimento: 10/08/2023.
LCA LCI - Taxa Prefixada 5,70% até 10,60% - Menor data inicial: 05/06/2018, Maior data de vencimento: 25/09/2025.
LCI - Taxa Prefixada de 5,7% até 5,7% + IPCA - Menor data inicial: 20/08/2021, Maior data de vencimento: 20/08/2026.
b) **Remuneração do pessoal-chave da administração**
Em cumprimento a Resolução CMN nº 3.921/10, o Banco ABC Brasil implementou a Política de Remuneração de Administradores aplicável aos membros do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e os Diretores sem designação específica (empregados). Resumidamente, a política tem como objetivos principais: (i) atender aos regimentos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que estabelece regras especiais para as instituições financeiras, como é o Banco ABC; (ii) confirmar a remuneração de quem seja considerado como Administrador do Banco ABC para fins dos regimentos referidos no item (i) acima e, especialmente, de quem assume esse encargo nos termos de sua governança; (iii) alinhar as práticas de remuneração dos Administradores do Banco à sua política de gestão de riscos; (iv) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco; e (v) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Banco ABC.
A remuneração definida na política leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo e os riscos assumidos.
A Remuneração Variável será calculada:
I - **Para os Diretores sem designação específica:**
a) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco, de forma "diferida" observando que o número de ações a serem atribuídas aos administradores será determinado através da divisão do valor correspondente à remuneração variável diferida, líquido do imposto de renda retido na fonte, pelo preço unitário das ações calculado pela média do preço de fechamento das ações preferenciais de emissão do Banco nos pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão dos meses de junho (para pagamento da remuneração variável relativa ao primeiro semestre) e dezembro (para pagamento da remuneração variável relativa ao segundo semestre), conforme aplicável, salvo nos casos onde haja períodos de vedação nesses meses, oportunidade em que a média será calculada utilizando os pregões subsequentes.
II - **Aos membros do Comitê Executivo:**
a) 100% (cem por cento) do valor determinado para a remuneração variável será pago em ações;
b) 60% da remuneração variável estará sujeita a restrição de venda pelo período de 6 meses e 40% da remuneração variável será efetuada de forma diferida, em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 3.921/10.
A entrega das ações referentes às remunerações variáveis diferidas atribuídas aos administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável. As remunerações totais do pessoal-chave da administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão assim compostas:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Remuneração Fixa	24.542	23.281
Remuneração Variável	26.401	12.662
Total de benefícios de curto prazo	50.943	35.943
Remuneração baseada em ações	60.994	61.671
Total de benefícios de longo prazo	60.994	61.671
Total	111.937	97.614

c) **Resumo da movimentação do plano de remuneração:**
Para atender a resolução sobre remuneração o Banco obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores.
De acordo com o plano de remuneração em ações citado na Nota 20.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis, para liquidação no final do período de carência, conforme abaixo demonstrado em quantidade de ações:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo no início do exercício	2.514.377	4.004.989
Ações outorgadas	1.008.952	1.508.136
Ações entregues	(1.466.475)	(2.998.748)
Saldo no final do exercício	2.056.854	2.514.377

21. PENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são demonstrados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativos		
Disponibilidades	654.632	411.564
Aplicações interfinanceiras de liquidez	93.199	104.823
TVM e instrumentos financeiros derivativos	3.204.604	75.674
Operações de crédito - Líquido	2.762.634	1.689.785
Outros créditos e valores e bens	426.119	564.730
Total	7.141.188	2.846.576
Passivos		
Depósitos à vista	299	279
Depósitos a prazo	653.653	396.664
Recursos em trânsito de terceiros	229	213
Obrigações por empréstimos no exterior	7.237.406	5.982.536
Instrumentos financeiros derivativos	20.090	13.144
Outras obrigações	426.391	506.470
Total	8.338.068	6.899.306

Os saldos de ativos, passivos e resultados, são convertidos conforme Nota 2) iii.
Os efeitos das variações cambiais resultantes da conversão das transações em moeda estrangeira dos ativos e passivos foram reconhecidas no resultado do período no montante negativo de R\$ 150.210 (R\$ 424.482 negativo em 31 de dezembro de 2020), conforme Resolução nº 4.524/16 do Banco Central do Brasil.

22. PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A provisão para participações nos lucros e resultados foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente. No exercício findo 31 de dezembro de 2021, o saldo de participações nos lucros é de R\$ 161.043 no Banco e R\$ 162.058 no Consolidado (R\$ 127.899 no Banco e Consolidado em dezembro de 2020).

23. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Nota 2) IV.a explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos.

a) **Contingências fiscais e previdenciárias**

O Banco responde por ações e processos cujas perdas estão sendo considerados com prognósticos possíveis por nossos assessores que totalizam R\$ 431.201 (R\$ 383.449 em 31 de dezembro de 2020) e não foram provisionados, o detalhamento das principais causas são os seguintes:

Multa de ofício imposto sobre serviços ("ISS") - 2008 a 2011

Trata-se de processo judicial onde o Banco discute o lançamento de multa de ofício de 50%, nos Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, referente ao ISS de rendas de garantias prestadas do período de 2008 a 2011. A multa foi lançada sobre valores cuja exigibilidade estava suspensa pois vinculados ao Mandado de Segurança onde se questionava a incidência deste tributo. O valor envolvido é de R\$ 20.113 (R\$ 17.031 em 31 de dezembro de 2020).

Imposto sobre serviços ("ISS") - 2016 - garantias prestadas (fianças)

Auto de Infração de ISS sobre garantias prestadas (fianças) para o período de janeiro a outubro de 2016 no valor de R\$ 17,7 Milhões, com depósito integral do valor e supostamente convertido em renda pelo Município, com alocação equivocada dos depósitos do Banco, em outro processo, o que resultou em uma insuficiência de valores depositados para fazer frente aos fatos geradores de janeiro a outubro de 2016. O valor envolvido é de R\$ 19.448 (R\$ 0 em 31 de Dezembro de 2020).

Encargos Previdenciários ("INSS")

O Banco está se defendendo de autuação para pagamentos de encargos previdenciários, sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 a 2014 e 2016 no valor de R\$ 310.741 (R\$ 263.829 em 31 de dezembro de 2020).

IRPJ/CSLL - Dedução do resultado do período de 2010 de perdas em operações de crédito

Trata-se de cobrança do IRPJ e CSLL referente dedução de perdas em operações de crédito do resultado de 2010. O Banco considerou as perdas como efetivas, porém, o entendimento da Receita Federal é de que ocorreu antecipação dos prazos de dedução previstos na Lei nº 9.430/96. O valor da exigência monta a R\$ 5.896 (R\$ 5.765 em 31 de dezembro de 2020).

IRPJ - Deutibilidade PLR Diretoria do período de 2010 à 2014

Trata-se de cobrança de IRPJ incidente sobre a deutibilidade de PLR pagos à diretoria nos exercícios de 2010 a 2014. Aguardando julgamento dos casos na esfera administrativa. O valor da exigência monta a R\$ 67.735 (R\$ 87.940 em 31 de dezembro de 2020).

IOF - IOF Crédito em operações de cessão de crédito

Trata-se de cobrança de IOF Crédito sobre operações de cessão de crédito com coobrigação realizadas em 2015, em razão da falta de recolhimento do IOF nessas operações as quais são caracterizadas pelas autoridades fiscais como "desconto de títulos" e sujeitas ao IOF/Crédito. Aguardando julgamento na esfera administrativa. O valor da exigência monta a R\$ 1.130 (R\$ 1.096 em 31 de dezembro de 2020).

PIS - ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Trata-se de Ação Rescisória ajuizada pela União Federal em face de decisão transitada em julgado na qual foi reconhecido o direito à Distribuidora ao não recolhimento da contribuição ao PIS nos períodos de julho de 1997 a dezembro de 1999 nos termos da EC 17/1997. O valor estimado da contingência corresponde a R\$ 1.961 (R\$ 1.941 em 31 de dezembro de 2020).

b) Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de

★ continuação

BANCO ABC BRASIL S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 28.195.667/0001-06

A Diretoria

Contador: LEILA MARIA DE CARVALHO ROCHA - CRC 1SP 170428/O-5

Relatório do

Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos acionistas e administradores do Banco ABC Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como Banco e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco ABC Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são altamente dependentes de sua estrutura de tecnologia e de seus sistemas, os quais passam por mudanças constantes, possuem alto nível de integração entre si e com fontes de informação externas ao Banco, além de processarem um alto volume de transações. Devido a essas razões, consideramos o ambiente de tecnologia um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

No curso de nossos exames, envolvemos especialistas internos para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao ambiente de tecnologia, bem como na execução de procedimentos de auditoria para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia, para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão, revisão e revogação de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações. Por fim, realizamos testes de detalhe para avaliar o correto fluxo de informação entre sistemas, para as rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ambiente de tecnologia, que está consistente com a avaliação da Administração do Banco, consideramos que os controles gerais de tecnologia sobre os sistemas relevantes do Banco e as rotinas contábeis consideradas relevantes operaram de forma aceitável, especialmente no processamento de informações contábeis consideradas relevantes para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Operações de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 6 e 7, em 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía carteira de crédito, desconsiderando garantias financeiras prestadas, no valor de R\$23.040.229 mil (R\$23.041.413 mil no consolidado), com respectiva provisão para perda associada ao risco de crédito no montante de R\$ 720.379 mil. Adicionalmente, no exercício findo nessa data, para o Banco, a receita com operações de crédito, conforme apresentado nas Demonstrações do Resultado, foi de R\$ 2.244.763 mil (R\$2.245.363 mil no consolidado) e a despesa de provisão para perda associada ao risco foi de R\$167.089 mil.

Devido à relevância para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, às subjetividades relacionadas ao julgamento da Administração quando da avaliação do risco de crédito dos clientes do Banco, bem como à complexidade operacional do processo de reconhecimento de receita de juros das operações de crédito, consideramos as operações de crédito e suas respectivas provisões para perdas associadas ao risco de crédito um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, mediante envio de cartas de confirmação, recálculo do saldo devedor, testes analíticos, além da revisão das apresentações e divulgações relacionadas ao tema.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 6 e 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valor justo de títulos e valores mobiliários classificados no nível 3

Conforme nota explicativa nº 5, em 31 de dezembro de 2021, o Banco e o Consolidado, possuíam títulos e valores mobiliários classificados no nível 3, dentro da hierarquia de níveis de valor justo, no montante de R\$ 1.035.518 mil. Esses títulos e valores mobiliários não possuem cotação de preço em mercado ativo e são mensurados com base em técnicas de valorização que incluem dados não observáveis em mercado ativo.

Devido à relevância para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, à necessidade de desenvolvimento pelo Banco de uma metodologia interna de precificação, com emprego de premissas subjetivas e dados não observáveis no mercado, assim como o emprego de cálculos matemáticos que devem ser parametrizados em sistemas ou em planilhas eletrônicas, consideramos o valor justo de títulos e valores mobiliários classificados no nível 3 um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento do processo, metodologia e premissas estabelecidos pela administração para a precificação dos títulos e valores mobiliários; (ii) avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles chaves referentes ao processo de registro e precificação dos títulos e valores mobiliários. Adicionalmente, realizamos, com base em amostragem, os seguintes procedimentos para as operações selecionadas: (i) confirmação de existência do item selecionado na amostra, por meio da verificação dos extratos dos órgãos custodiantes e/ou contratos firmados entre as partes, incluindo a verificação dos principais termos e condições pactuadas; (ii) recalculamos de forma independente o valor justo de uma

amostra de itens e avaliamos as metodologias e premissas utilizadas pela administração na determinação do valor justo.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados no nível 3, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria do Banco e suas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022



ERNST & YOUNG
Audítores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/O-2

